

SINDICATO/PESSOAL P DOCENTE/



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

O DIA P 7

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

### Professores primários aderem à greve nacional

Professores primários de todo o País, reunidos em Aveiro, decidiram aderir à greve nacional da classe marcada para 26 e 27 de Março - informou domingo em comunicado a Frente Nacional dos Professores (Fenprof).

Os professores primários exigiram que o Ministério da Educação altere as suas posições quanto à avaliação de docentes e à progressão na carreira, a revalorização monetária e à compensação pela não redução de horário ao atingir as diversas fases.

Disseram que «continua por resolver a inaceitável situação de «saltimbancos» a que estão sujeitos 12.000 professores não efectivos poupando cerca de 900.000 contos por ano».

Exigiram que o Ministério da Educação «cumpra compromissos assumidos no que respeita à revisão da legislação de concursos, especialmente quanto à publicação de vagas na abertura dos concursos».

«Apesar de a Lei de Bases do Sistema Educativo determinar a democratização da gestão em todos os sectores do ensino e dar um prazo até Outubro (deste ano) para o Governo legislar sobre a matéria, o Ministério da Educação não mostra vontade política de negociar com os professores um seu projecto que data já de 1983» - concluíram.

### Greve marcada para Março

## Professores primários também estão em luta

Também os professores primários decidiram marcar uma greve nacional da classe para os dias 26 e 27 do próximo mês de Março, anunciou a Frente Nacional dos Professores.

Reunidos em Aveiro, os professores do ensino primário decidiram aderir à greve como forma de protesto pelo facto de o Ministério da Educação não alterar a sua posição quanto à avaliação dos docentes e à progressão na carreira, a revalorização

monetária e à compensação pela não redução de horário.

Disseram ainda que «continua por resolver a inaceitável situação de «saltimbancos» a que estão sujeitos 12 mil professores não efectivos do ensino primário e que o Ministério usa como mão-de-obra barata, poupando cerca de 900 mil contos por ano».

Exigiram também que o Ministério da Educação «cumpra compromissos assumidos no que respeita à re-

visão da legislação de concursos, especialmente quanto à publicação de vagas na abertura dos concursos».

«Apesar de a Lei de Bases do Sistema Educativo determinar a democratização da gestão em todos os sectores do ensino e dar um prazo até Outubro (deste ano) para o governo legislar sobre a matéria, o Ministério da Educação não mostra vontade política de negociar com os professores um seu projecto que data já de 1983».

*Conflito - Professores*

